

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia 2



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D441	Desafios e soluções da sociologia 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Desafios e soluções da sociologia; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-426-9 DOI 10.22533/at.ed.269192506 1. Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Desafios e Soluções da Sociologia” foi dividido em dois volumes, totalizando 42 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo da organização deste livro foi o de reunir pesquisas voltadas aos desafios atuais da Sociologia, assim como apresentar possíveis soluções para estes desafios.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de duas partes denominadas “Soluções da Sociologia”. Na Parte 1, são 13 artigos e as temáticas giram em torno da economia criativa, cidadania, meio ambiente, educação, tecnologia e literatura. E na Parte 2, os 9 artigos discutem temas como autoajuda, quilombo, identidade cultural e valorização profissional.

No Volume 1 as duas partes foram denominadas “Desafios da Sociologia”. Na Parte 1, são 11 artigos que discutem questões como a representação feminina e masculina, política LGBT, assédio moral e violência familiar. E na Parte 2, são 9 artigos que apresentam desafios à Sociologia por meio de discussões de temas como abuso sexual, masculinidades e racismo.

Entregamos ao leitor o Volume 2 do livro “Desafios e Soluções da Sociologia”, e a intenção é divulgar o conhecimento científico e cooperar com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRIATIVIDADE Esvaziada: A Economia Criativa de acordo os Ministros da Cultura depois do término da SEC	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2691925061	
CAPÍTULO 2	15
ABORDAGEM Fitoquímica e Farmacológica das folhas <i>Terminalia catappa</i> Linn (Combretaceae)	
Maria da Costa Belina	
Mônica Regina Silva de Araújo	
Beatriz Dias	
Francisco Washington Araújo Barros Nepomuceno	
Aluísio Marques da Fonseca	
Ana Isabel Vitorino Maia	
DOI 10.22533/at.ed.2691925062	
CAPÍTULO 3	28
ASPECTOS Socioambientais dos sistemas de Dessalinização implantados no Município de Barreira, Ceará, Brasil	
Maria Dasdores Gonçalo Costa	
Olienaide Ribeiro de Oliveira Pinto	
Juan Carlos Alvarado Alcócer	
José Wertson Gonçalo Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2691925063	
CAPÍTULO 4	45
Cidadania e Participação Política: O que os livros didáticos de Sociologia falam sobre isso?	
Dayane Gomes da Silva Rodrigues	
Ninótica Rosa Vieira Andrade	
Marta da Silva Aguiar	
Ismael Ferreira do Nascimento	
João Vitorino dos Santos Gonçalo	
Isaiane Rozado Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250634	
CAPÍTULO 5	58
CONJUNTO Arquitetônico do Largo e Beco do Boticário (RJ): Uma ruína esquecida?	
Patrícia Martins de Sá	
Maria Amália S. A. Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250635	
CAPÍTULO 6	73
ESTUDO Quantitativo dos Impactos Ambientais dos Complexos Eólicos Santa Mônica e Rosa dos Ventos	
Guilherme Geremias Prata	
Rejane Félix Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250636	

CAPÍTULO 7	86
FRONTEIRAS DE UMA SOCIEDADE DIGITAL	
Rosenilda Marques da Silva Felipe Antonio Idêrlían Pereira de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.26919250637	
CAPÍTULO 8	94
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: O PRONATEC	
Rodrigo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.26919250638	
CAPÍTULO 9	107
RAÍZES DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
Marclin Felix Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.26919250639	
CAPÍTULO 10	120
SOLO E SOCIEDADE: CONHECIMENTO BÁSICO EM SOLOS NA MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ	
Murilo de Sousa Almeida Francisco Nildo da Silva Maria Brenna Mendes Cunha José Abel Aguiar Silva Paz Henderson Castelo Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506310	
CAPÍTULO 11	126
SUPER HERÓIS, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NA ERA TRANSMIDIÁTICA: AS ADAPTAÇÕES DOS QUADRINHOS MARVEL PARA O CINEMA	
Robson Santos Costa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506311	
CAPÍTULO 12	141
TECNOLOGIA, TRABALHO E TELETRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO: DISCUSSÕES INICIAIS	
Maria Sara de Lima Dias Álaba Cristina Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.269192506312	
CAPÍTULO 13	151
TURISMO LITERÁRIO: RESGATE AOS LUGARES DE MEMÓRIA	
Nairon Gaia Coimbra Diana Priscila Sá Alberto	
DOI 10.22533/at.ed.269192506313	
CAPÍTULO 14	164
AUTOAJUDA E EXPERIÊNCIAS DE GERENCIAMENTO DAS EMOÇÕES: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL	
Rossana Maria Marinho Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.269192506314	

CAPÍTULO 15	180
COMIDAS MIGRANTES: ANÁLISES INICIAIS A PARTIR DA FEIRINHA DA JK EM FOZ DO IGUAÇU-PR	
Fátima Regina Cividini Paola Stefanutti Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.269192506315	
CAPÍTULO 16	192
COMUNIDADE BARROSO (CAMAMU-BA) PÓS 2008 – A CERTIFICAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DE QUILOMBO	
Flavia Querino Da Silva Emily Alves Cruz Moy Ana Angélica Leal Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.269192506316	
CAPÍTULO 17	206
CONTORNOS DE UMA IDENTIDADE CULTURAL: O ARTESANATO COMO PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL	
Letícia de Cássia Costa de Oliveira Ana Maria Dalla Zen	
DOI 10.22533/at.ed.269192506317	
CAPÍTULO 18	219
MEMÓRIAS E NARRATIVAS DAS BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPREENDENDO A REALIDADE ATUAL	
Antonio Henrique Seixas de Oliveira Diana de Souza Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.269192506318	
CAPÍTULO 19	236
OFICINA DE FOTOGRAFIAS E PESQUISA-AÇÃO: CONSTRUINDO FORMAS DE ACESSO A JUVENTUDE DO BARRO GUAJUVIRAS	
Luciane Marques Raupp	
DOI 10.22533/at.ed.269192506319	
CAPÍTULO 20	251
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdan Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.269192506320	
CAPÍTULO 21	264
SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM CURITIBA-PR: UMA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	
Viviane Vidal Pereira dos Santos Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.269192506321	

CAPÍTULO 22 281

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA GESTÃO LULA: DOIS LADOS DE UM MESMO GOVERNO

Ninótica Rosa Vieira de Andrade
Dayane Gomes da Silva Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.269192506322

SOBRE O ORGANIZADOR..... 293

CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO LARGO E BECO DO BOTICÁRIO (RJ): UMA RUÍNA ESQUECIDA?

Patrícia Martins de Sá

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

Maria Amália S. A. Oliveira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

RESUMO: A proposta do artigo é refletir acerca do Conjunto Arquitetônico do Largo e Beco do Boticário com base em dois conceitos do filósofo Paul Ricoeur, a saber, o vestígio e o esquecimento de reserva, sendo o primeiro teorizado na obra *Tempo e Narrativa III* (2010) e o segundo, na obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007). Será apresentado um breve histórico sobre o local para em seguida reter as análises com base na teoria de Paul Ricoeur. Por último, algumas considerações sobre o Largo e a escolha que se pretende fazer, a partir do reconhecimento da sua condição atual, em ruína.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio, ruína, memória, esquecimento, Paul Ricoeur.

ABSTRACT: The proposal of the article is to reflect on the Architectural Complex of the Largo and Beco do Boticario based on two concepts

of the philosopher Paul Ricoeur, namely, the vestige and forgetfulness of reserve, being the first theorized in the work *Time and Narrative III* (2010) and the second, in the work *The memory, the history, the forgetfulness* (2007). A brief history of the place will be presented and then retained on the basis of Paul Ricoeur's theory. Finally, some considerations about Largo and the choice that one intends to make, from the recognition of its present condition, to ruin.

KEYWORDS: patrimony, ruin, memory, oblivion, Paul Ricoeur.

1 | INTRODUÇÃO

O que diria Bandeira se descobrisse que o Largo do Boticário, reduto histórico cuja degradação o deprimia, porque as suas casas tinham substituído o “velho autêntico” pelo “velho fingido”, e a velha mangueira onde ele subia na infância fora queimada, se encontra ainda mais abandonado, usado meramente como estacionamento, e suas casas ameaçadas pela umidade e pelas gambiarras? (<https://oquediriabandeira.wordpress.com/2013/08/02/o-rio-de-manuel-bandeira/>, 2017)

Este trabalho foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de

Janeiro (UNIRIO) e apresentado no III Seminário Internacional em Memória Social – Memória e Turismo: roteiros, trajetórias, discursos e subjetividades em construção, realizado em Maio de 2018, na cidade do Rio de Janeiro. A proposta é refletir acerca do Conjunto arquitetônico do Largo e Beco do Boticário com base em dois conceitos do filósofo Paul Ricoeur, a saber, o *vestígio* e o *esquecimento de reserva*, sendo o primeiro teorizado na obra Tempo e Narrativa III (2010) e o segundo, na obra A memória, a história, o esquecimento (2007).

Este texto inicia com um breve histórico sobre o local para em seguida reter as análises com base na teoria de Paul Ricoeur. Por último, algumas considerações sobre o Largo e a escolha que se pretende fazer, a partir do reconhecimento da sua condição atual.

Acitação em epígrafe reflete a tristeza que sentiria Manuel Bandeira se descobrisse a situação do Largo do Boticário, um reduto histórico da cidade do Rio de Janeiro em estado de abandono. Se vivo, o poeta, escritor e frequentador assíduo do lugar certamente estaria ainda mais abalado em seus sentimentos ou nas suas *impressões-afecções*. Eis então a reflexão que trazemos à cena: com base nos conceitos acima o Largo do Boticário é uma ruína esquecida? E que a melancolia de Bandeira não nos impeça de ser feliz na ruína.



Figura 1 – Beco do Boticário

Fonte: Paulo Targino Moreira Lima

2 | LARGO DO BOTICÁRIO: BREVE HISTÓRICO

Quem passa rapidamente pela Rua Cosme Velho altura do número 822, no bairro que leva o mesmo nome da rua, na cidade do Rio de Janeiro, talvez não perceba que ao lado do Terminal Rodoviário Urbano Cosme Velho tenha um recanto charmoso, bucólico e em ruína capaz de estimular a imaginação daqueles que dispuserem de um tempo para apreciá-lo. Estamos falando do Conjunto Arquitetônico do Largo e Beco do

Boticário, também conhecido como Largo do Boticário. O local foi tombado em 12 de Setembro de 1990 [Número do processo: E-18/300.258/87] pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC) que o localiza da seguinte maneira:

Casas, nº 20, 26,28, 28-fundos e 30 do largo do Boticário; logradouros públicos denominados largo e beco do Boticário incluindo vegetação, pavimentação e demais aspectos urbanísticos, paisagísticos e geográficos; casa nº 32 do largo do Boticário, incluindo o seu interior, portas, janelas, azulejaria, tetos de madeira lavrada, chafariz, jarrões, fragmentos recompostos de peças em mármore e todos os demais elementos decorativos antigos apostos; casa no beco do Boticário nº 4, casas na rua Cosme Velho, nº 792, 800, 822, 857; edícula s/nº ao lado esquerdo da pista de acesso do túnel Rebouças que foi a mina d'água da casa demolida do conde de Agrolongo. Cosme Velho, - IV R.A - Rio de Janeiro. (INEPAC, 2017)

A história do Largo do Boticário remete ao fim do século XVIII com a construção das casas. Na primeira metade do século XIX, por volta de 1831, o militar reformado Joaquim Luis da Silva Souto comprou grande parte da região decidindo fazer sua morada naquele local. Além de militar, Joaquim Luis também era um boticário de renome e bem sucedido, daí a origem do nome Largo do Boticário. Em 1846, o marechal Joaquim Alberto de Souza Silveira que serviu a Dom Pedro II e foi padrinho de Machado de Assis também morou no local.

No começo do século XX, em 1920, Edmundo Bittencourt, fundador do Jornal *Correio da Manhã* comprou as casas e as reformou em estilo neocolonial. Para essa reforma ele usou material de demolição – material esse proveniente da parte antiga do Centro da cidade que naquela época estava sendo modificada para a abertura da atual Avenida Presidente Vargas. Os arquitetos modernistas Lúcio Costa e Gregori Warchavchik, foram os responsáveis pela reforma de algumas das casas no Largo. A esse respeito diz o site do Patrimônio Fluminense:

O beco e o largo do Boticário compõem um recanto bucólico, isolado do tráfego urbano, incrustado a poucos passos da rua Cosme Velho. Do beco, que dá acesso ao largo, ainda se vê trecho de um afluente do rio Carioca. As casas, originalmente térreas, foram construídas em fins do século XVIII. Foram reformadas nos decênios de 1920 e 1930, com aproveitamento de material de demolição da parte antiga do centro da cidade, na época da abertura da avenida Presidente Vargas. Azulejos, portas e traves de jacarandá, lampiões, figuras de louças foram selecionadas e requalificadas para enobrecer o casario do largo com bom gosto, conforme a moda neocolonial vigente. A casa da rua Cosme Velho, 857, de composição classicizante, é de 1843. Os abacaxis de ferro, trazidos do interior de Minas Gerais, renderam à casa o apelido de Solar dos Abacaxis. A imponente fachada, em meio ao casario e vegetação remanescente, completa a atmosfera bucólica do que outrora foi o bairro. O tombamento inclui interiores, elementos arquitetônicos, artísticos e decorativos, a pavimentação e demais aspectos urbanísticos e paisagísticos. (INEPAC, 2017).

Não obstante, o que deveria ser motivo de preservação e visitação turística foi, a partir de meados dos anos 1990 sendo alvo de depredações, violência e abandono. A estrutura do imóvel encontra-se comprometida, principalmente, em relação às varandas e o teto junto à entrada, assim como vergalhões e rebocos que dividem espaço com mofo e pichações. A desapropriação de algumas das casas [as de número 20, 26, 28 e 30] pela prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro não impediu o processo de

degradação dos imóveis que após tantos anos em estado de abandono se constituíram em verdadeiras ruínas.



Figura 2 – Largo do Boticário

Fonte: Patrícia Martins de Sá



Figura 3 – interior de uma das casas

Fonte: <http://diariodorio.com/passado-e-futuro-do-largo-do-boticario/>

A herdeira do conjunto, Sra. Sybil Bittencourt nomeou seus advogados a tratarem judicialmente a questão da utilização dos imóveis pela prefeitura. Tal problemática vem desde que o ex-prefeito da cidade, César Maia, em 2006, publicou por meio de um decreto a desapropriação dos imóveis. Como naquela ocasião nada teria sido resolvido, o decreto perdeu a validade. Seis anos depois, em 2012, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade enviou à Câmara Municipal um Projeto de Lei Complementar (nº 85/2012) cujo objetivo era “flexibilizar a permissão de uso dos imóveis tombados, incluindo atividades comerciais. Com isso, os casarões poderiam ser transformados em hotéis, por exemplo.” (O Globo, 2017).

Em 18 de novembro de 2015 foi divulgado na mídia que um investidor árabe

assinou promessa de compra e venda das quatro casas pertencentes a Sra. Sybil Bittencourt mas o negócio não evoluiu. Em outra reportagem na mídia, datada em abril de 2016, informa que a Sra. Sybil não tinha recursos financeiros para manter a propriedade e aguardava uma posição do poder público. Diz a matéria:

No ano passado, Sybil, que estava morando em uma das casas, alegou, através do advogado, que não tinha dinheiro para fazer a manutenção da propriedade. *“Na verdade, esperamos uma posição mais consistente do poder público, que não fez nenhuma proposta envolvendo as casas”*, disse Bruno Siciliano, advogado da herdeira, ao site da revista Veja. (DIARIODORIO.COM, 2017)

A mesma matéria informa ainda que depois de meses de negociação, a Sra. Sybil assinou contrato de exclusividade com uma reconhecida e tradicional imobiliária da cidade que atua no filão de compra e venda de grandes incorporações para clientes classe A e de empresas, a qual iniciou a procura por investidores interessados na compra do referido patrimônio.

Semana passada, vendemos um apartamento de 500m2 em Ipanema por 18 milhões. É o preço que estamos pedindo por um cartão postal do Rio de Janeiro, com quase 3.000m2 construídos em um terreno enorme. Em janeiro, vendemos uma loja de 400m2 na Avenida Rio Branco por 17 milhões de reais. Você sabia que hoje, maltratado e sem divulgação nenhuma, sem acesso à parte interna das casas, o Largo recebe cerca de 200 visitantes por dia? (O GLOBO, 2016).

E retornando à legislação, em 14 de Março de 2018 foi promulgada a Lei Complementar 183 que diz: “Cria condições de incentivo ao aproveitamento e à conservação de edificações tombadas ou preservadas, localizadas no Beco e no Largo do Boticário, no bairro do Cosme Velho”, ou seja, permite

a reconversão de edificações tombadas ou preservadas situadas no Beco do Boticário e no Largo do Boticário, localizados no bairro do Cosme Velho, por meio da transformação de uso e/ou pelo desdobramento em unidades independentes, em condições especiais estabelecidas nesta Lei Complementar, desde que garantidas as condições de proteção e integridade do patrimônio cultural e aprovado pelo órgão de tutela e pelos demais órgãos competentes. (Municipais, 2018)

É nesse contexto que se encontra o Largo do Boticário: um patrimônio em ruína, mas também um lugar bucólico que foi cenário para filme, peça de teatro, novelas, artistas, fotógrafos, músicos e que ainda recebe visitantes para apreciá-lo. Além do conflito entre o poder público e a proprietária, entra no jogo uma grande e renomada imobiliária da cidade cujo interesse pelo negócio esteja vinculado não apenas ao valor do imóvel, mas a tudo que envolve a venda de um bem patrimoniado localizado na zona sul do Rio de Janeiro, onde o poder aquisitivo da população que reside na região é um dos mais altos da cidade. O futuro deste patrimônio, quem saberá?

3 | PAUL RICOEUR

Paul Ricoeur nasceu em 27 de Fevereiro de 1913, em Valance, na França e morreu em 20 de maio de 2005, aos 92 anos de idade. Sua história de vida e profissional

são motivos de pesquisa entre historiadores e filósofos em vários países do mundo, principalmente na Europa. No Brasil, várias obras foram traduzidas para o português e seu conteúdo acadêmico tem sido alargado para diversos campos do saber. Como bem disse a professora Marie France Bergué.

Ricoeur propôs a oferecer para o século vinte conceitos-chaves e muito fecundos para pensar, como por exemplo, o símbolo, a metáfora viva, o paradoxo entre as diferentes temporalidades, a distinção entre miséria e ipseidade, a distinção entre ética e moral; são todos que, ao longo de sua obra, ele foi propondo. Foram fecundos porque dinamizaram muitas vezes pensamentos que estavam estancados, segundo uma aporia tão tensionada que estava com a morte do sujeito e para recorrer à morte do sujeito [...] entre a humilhação do sujeito por Nietzsche e a exaltação do sujeito por Descartes, Paul Ricoeur aí que encontrou uma via média. (YouTube, 22:30, 2017).

Neste sentido, Paul Ricoeur oferece um campo de diálogo com diversos autores do pensamento, principalmente àqueles da contemporaneidade. “Para ele, a filosofia sempre há de ser um diálogo aberto e não uma mera doutrina.” (YouTube, CANAL (á) 24:08, 2017).

Um conceito trabalhado por Paul Ricoeur que propomos para refletir o Largo do Boticário é o conceito de vestígio apresentado em sua obra *Tempo e Narrativa – volume III* (O tempo narrado). O conjunto arquitetônico carrega em si uma história que remonta sua construção no fim do século XVIII e diante do seu estado atual de conservação é possível abordá-lo como vestígio, ou seja, como uma marca, um signo que permite um acesso ao passado.

[...] Mais precisamente, o historiador fica a meio caminho da definição inicial do vestígio e de sua extensão a uma coisa. São os homens do passado que deixaram sinais; mas são também os produtos de suas atividades, suas obras, portanto coisas que Heidegger diria dadas e maneáveis (ferramentas, moradas, templos, sepulturas, escritos) que deixaram uma marca. Nesse sentido, ter passado por ali e ter posto uma marca se equivalem: a passagem expressa melhor a dinâmica do vestígio, a marcação expressa melhor sua estática. (RICOEUR, 2010, p. 204).

Consideramos o Largo do Boticário como essa marca no bairro do Cosme Velho. Uma construção histórica por onde passaram pessoas ilustres como os arquitetos Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Le Corbusier, além de escritores e artistas como Manuel Bandeira, Tarsila do Amaral, Burle Max, Cecília Meireles entre outros. Ao longo dos séculos, as reformas e depredações sofridas fizeram com que quase tudo nesse cenário se perdesse e, atualmente, a marca que fica é o patrimônio, a construção tombada. E o autor continua,

Sigamos, em benefício da história, o subentendido do primeiro sentido: alguém passou por ali; o vestígio convida a seguir, a remontar, se possível, até o homem, até o animal, que passaram por ali; o vestígio pode ser perdido; pode até se perder, não levar a lugar nenhum; pode também se apagar: pois o vestígio é frágil e precisa ser conservado intacto, se não, embora a passagem tenha ocorrido, ela simplesmente terminou; é possível saber, por outros indícios, que homens, animais, existiram em determinado lugar: permanecerão para sempre desconhecidos se nenhum vestígio levar até eles. Portanto, o vestígio indica *aqui*, ou seja, no espaço, e *agora*, ou seja, no presente, a passagem passada dos vivos; ele orienta a caça,

a busca, a pesquisa, a investigação. Ora, a história é tudo isso. Dizer que ela é um conhecimento por vestígios é recorrer, em última instância, à *significância* de um passado terminado que, no entanto continua preservado em seus sinais. (RICOEUR, 2010, p. 204).

Pesquisar o Largo do Boticário é entendê-lo como esse vestígio das sociedades que o vivenciaram, dos eventos que ali aconteceram, ou seja, da vida a partir do fim do século XVIII. É fato a sua significância não apenas para a história da cidade do Rio de Janeiro e para o bairro do Cosme Velho, bem como para a memória de muitos que por ali passaram ou ainda vivem. Ele também é frágil no que tange a sua inviolabilidade [é propriedade privada e, talvez por isso, não tenha sido possível mantê-lo conservado intacto], portanto, não sabemos até quando seguirá preservado em seus sinais; não obstante, ele ainda indica no espaço e no tempo uma história vivida e a ser contada.

Continuando sua argumentação sobre o vestígio, Ricoeur fala sobre a importância do caráter cósico quando introduz uma relação entre a coisa marcante e a coisa marcada onde o *vestígio é o efeito-signo*, ou seja, combina a *significância* com a *causalidade*, na coisidade da marca. Além disso, aponta que as noções de tempo datável, público, extensivo são essenciais para se entender o vestígio, deslocando-o do historial para o intratemporal.

[...] De saída, a databilidade, com seus “*agora*”, “*então*”, “*outrora*” etc., é colocada em jogo; mas nenhum caçador, nenhum detetive, irá se ater a essas referências vagas; a databilidade sem data não interessa; é com o relógio na mão que ele segue o vestígio, com o calendário no bolso que remonta a ele. Em seguida, seguir o vestígio, remontá-lo, é decifrar, no espaço, o *estiramento* do tempo; mas como fazê-lo, se o lapso de tempo não estiver de saída submetido ao cálculo e à medida? O trajeto da passagem, assim como o traçado do traço, do vestígio, são impiedosamente lineares. É no tempo sucessivo que se deve reconstituir a significância do vestígio, mesmo que ela não esteja contida na pura sucessão. Por fim, o vestígio, enquanto visível para todos, ainda que acabe só sendo decifrável por alguns, projeta nossa preocupação, da qual a caça, a busca e a pesquisa são as principais ilustrações, no tempo *público* que torna todas as durações privadas comensuráveis. (RICOEUR, 2010, p. 210).

Pensar o Largo do Boticário como uma realidade histórica requer inseri-lo nas noções acima remetendo-o nessa passagem do tempo, ou seja, pesquisando-o a partir do ano de sua construção, da sua linearidade temporal e da sua visibilidade histórica. Neste sentido, considerá-lo vestígio é encontrar nele todas as *produções* da prática histórica.

Como parte da pesquisa de campo uma das autoras participou de um circuito de visita ao Largo do Boticário organizado por um grupo de Guias de Turismo chamado Sou+Carioca. Este grupo criou uma página no Facebook com o objetivo de organizar e realizar passeios em grupo, em diversos pontos turísticos do estado do Rio de Janeiro. Por mais de uma vez, o Largo do Boticário foi escolhido para visita e numa delas foi possível fotografar o interior de uma das casas do conjunto arquitetônico. O que se observou sugere a existência de vestígios com referência no conceito de Paul Ricoeur. São os azulejos, o piso, a fonte, as esculturas, as pedras, bastante deteriorados, capazes não apenas de contar a história dessa construção, bem como suscitar

a imaginação do que possa ter sido ou existido naquele lugar. Atualmente, esses vestígios são constantemente ameaçados pelo desaparecimento, seja pela natureza que o encobre, seja pela destruição humana, como por exemplo, arrancar as peças e vendê-las por seu valor de antiguidade. E neste aspecto Paul Ricoeur diz que “[...] o vestígio pode ser perdido; pode até se perder, não levar a lugar nenhum; pode também se apagar [...]”. (RICOEUR, 2010, p. 204). Os vestígios se apagam ou se perdem, depende de como acontece e, há algumas décadas esse processo de apagamento/ destruição vem sendo cada vez mais acelerado pelo tempo. Cabe sinalizar que no dia da visita (14/07/2017) foi possível constatar a reação de encantamento das pessoas por estarem diante de uma construção do século XVIII; mas ao mesmo tempo ficaram surpresas com o péssimo estado de conservação e abandono. Do grupo formado por aproximadamente vinte pessoas, a maior parte mora na cidade do Rio de Janeiro e conheceu o Largo do Boticário, incluindo seu interior, pela primeira vez. Além do grupo Sou+Carioca outros grupos de turismo fazem constantemente visitas ao local perpetuando esse patrimônio no roteiro de seus projetos.



Figura 4 e 5 – Interior de uma das casas

Fonte: Ligia Fortes – 14/07/2017

A escolha do Largo do Boticário como objeto de pesquisa surgiu em virtude da memória afetiva de uma das pesquisadoras, cuja família materna foi moradora do bairro do Cosme Velho por mais de cinquenta anos. O local era palco das brincadeiras de infância, juntamente com os passeios ao Corcovado. Momentos inesquecíveis de risadas, confissões, brincadeiras e descobertas: o Largo marcado na memória. A esse respeito, relacionamos Paul Ricoeur quando trata sobre o esquecimento, em especial

o esquecimento de reserva, em sua obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007) quando diz:

A experiência-chave que acabamos de dizer é a do reconhecimento. Falo dele como de um pequeno milagre. De fato, é no momento do reconhecimento que se considera a imagem presente como fiel à afecção primeira, ao choque do acontecimento. Onde as neurociências falam simplesmente de reativação dos rastros, o fenomenólogo, deixando-se instruir pela experiência viva, falará de uma persistência da impressão originária. É esse discurso que tentarei elevar a seu mais alto grau de incandescência, explorando, na esteira de Bergson, em *Matéria e Memória*, a pressuposição inteiramente retrospectiva de um nascimento da lembrança desde o exato momento da impressão, de uma “revivescência das imagens” no momento do reconhecimento. Uma existência “inconsciente” da lembrança deve, então, ser postulada, independentemente do sentido que se possa atribuir a essa inconsciência. É essa hipótese da preservação por si, constitutiva da própria duração, que tentarei estender a outros fenômenos de latência, até o ponto em que essa latência possa ser considerada como uma figura positiva do esquecimento que denomino esquecimento de reserva. Efetivamente, é a esse tesouro do esquecimento que recorro quando tenho o prazer de me lembrar do que, certa vez, vi, ouvi, experimentei, aprendi, adquiri. É com base nessa perseverança que o historiador poderá, na esteira de Tucídides, edificar o projeto de um “conhecimento adquirido para sempre”. (RICOEUR, 2007, p. 426-427).

Com esta citação o Largo do Boticário pode ser entendido como um lugar que se põe fiel às lembranças de infância para além da reativação dos rastros, mas também como marca de uma experiência viva. Estar nele ou simplesmente reconhecê-lo em fotos ou qualquer outro suporte material é imediatamente lembrar momentos felizes, reviver imagens e sentimentos até então esquecidos, porém, preservados.

[...] Sobre o pressuposto retrospectivo, construo um raciocínio: foi preciso que algo permanecesse da primeira impressão para que dela me lembre agora. Se uma lembrança volta, é porque eu a perderei; mas se apesar disso, eu a reencontro e reconheço, é que sua imagem sobrevivera.” (RICOEUR, 2007, p. 438).

Ricoeur aponta que o esquecimento é abordado pela clínica somente pelo viés das “distorções da memória” e questiona se ele [o esquecimento] é de fato, uma disfunção, uma distorção. Ele concorda em parte com essa teoria quando se trata do esquecimento definitivo, àquele ligado ao apagamento dos rastros. Não obstante, essa visão compete com outra, a qual remete ao esquecimento reversível ou até inesquecível que é o chamado esquecimento de reserva ou profundo, aquele em que há o prazer de se lembrar, do que se viu, ouviu, experimentou etc. O autor aponta que essas são leituras ambivalentes dos fenômenos mnemônicos em relação ao esquecimento, cuja origem e justificação se encontram na competição dessas abordagens heterogêneas, a saber, uma seguindo pela interiorização e a outra, pelo caminho da experiência princeps do reconhecimento.

Em relação aos rastros, Ricoeur fala em três tipos de rastros, a saber, o rastro escrito ou documental, o rastro cortical ou cerebral tratado pelas neurociências e o rastro psíquico ou impressões, no sentido de afecção. Segundo ele, toda problemática do esquecimento profundo incide na articulação entre o rastro cortical e o rastro psíquico e que estudar essa articulação não é tarefa fácil, na medida em que são

abordagens muito diferentes. Os rastros documental e cortical consistem em marcas “exteriores”, a saber, o da instituição social para o arquivo e o da organização biológica para o cérebro. Para Ricoeur, o mais complexo é o rastro psíquico, pois “consiste na persistência das impressões primeiras enquanto passividades: um acontecimento nos marcou, tocou, afetou e a marca afetiva permanece em nosso espírito” (RICOEUR, 2007, p. 436). Com o objetivo de compreender essa articulação, Ricoeur desenvolveu quatro pressupostos: o primeiro pressuposto e considerado por ele como fundamental está voltado às inscrições-afecções, pois elas carregam o segredo do rastro mnemônico e significam permanecer, durar, conservar a marca da ausência e da distância. Essa análise se aproxima da obra *Matéria e Memória* (1999), de Henri Bergson. O segundo pressuposto diz respeito aos obstáculos impostos à recordação. O terceiro aponta que não há contradição entre a capacidade das inscrições-afecções de permanecer e durar e o saber dos rastros corticais, pois o acesso a esses rastros é heterogêneo: existencial de um lado e objetivo do outro. O quarto e último pressuposto fala da sobrevivência das imagens reconhecida como uma figura fundamental de esquecimento profundo, que ele chama de esquecimento de reserva.

Com base no terceiro pressuposto, o autor questiona a diferença entre o rastro cortical e o rastro psíquico alegando que déficits mais ou menos graves ameaçam nossa memória. São dois saberes diferentes sobre o esquecimento: um saber exterior e um saber íntimo, cada qual com seus caminhos. Ao mesmo tempo em que ele confia no rastro cortical, no exercício da memória feliz, confia também na capacidade de durar e permanecer das inscrições-afecções, capacidade sem qual ele não teria como compreender o que significa presença da ausência. Não obstante, Ricoeur também desconfia dos entraves à memória, os quais se convertem em usos e abusos para o esquecimento. E justo neste ponto surge um conflito entre os impedimentos potencialmente reversíveis e o apagamento incontornável. Daí então ele questiona:

“quais experiências podem ser consideradas como confirmações da hipótese da sobrevivência das impressões-afecções além de sua aparição? Nesse ponto, a experiência *princeps* é a do reconhecimento, esse pequeno milagre da memória feliz.”. (RICOEUR, 2007, p. 437).

Neste sentido, o Largo do Boticário pode ser entendido como essa experiência *princeps* que confirma a sobrevivência das impressões-afecções capaz de acionar a memória feliz, a memória de tudo que se vivenciou naquele lugar. Mas e o esquecimento?

Continuando seus argumentos Paul Ricoeur se depara com a problemática do reconhecimento e a da sobrevivência das imagens. Encontra pela primeira vez a questão do reconhecimento no âmbito da fenomenologia da memória quando distingue a memória em: memória-hábito [a da ação e sem reconhecimento explícito] e memória-rememoração [que não prescinde de reconhecimento declarado; que se faz por um trabalho do espírito]. Para o filósofo, “O reconhecimento é o modelo desses mistos reconstruídos, e o entrelaçamento das duas memórias, o exemplo do

misto mais fácil de se decompor e recompor” (RICOEUR, 2007, p. 440). E diante da dificuldade colocada pela dicotomia do reconhecimento, o autor diz:

[...] Enquanto isso, a psicologia é habilitada a declarar “que o passado parece mesmo armazenar-se, como havíamos previsto, sob essas duas formas extremas, de um lado os mecanismos motores que o usam, do outro as imagens-lembranças pessoais que desenham todos os acontecimentos do passado, com seu contorno, sua cor e seu lugar no tempo” (*op. cit.*, p.234). Pode-se assim notar que essas duas formas extremas de “fidelidade a conservar” (*idid.*) que são “a memória que revê” e “a memória que repete” (*idid.*) operam ora em sinergia, ora em oposição. (RICOEUR, 2007, p. 440).

Em relação à sobrevivência das imagens, Ricoeur a encontrou pela primeira vez em Bergson quando tratou da distinção entre lembrança e imagem. Traz então o conceito de “lembrança “pura” como um estado virtual da representação do passado, anterior à sua vinda em imagem sob a forma mista da lembrança-imagem.” (RICOEUR, 2007, p.439). E conclui:

Havíamos apenas iniciado sua análise acompanhando as fases da operação pela qual a lembrança “pura” sai de seu estado virtual e passa ao estado atual; somente o tornar-se-imagem da lembrança retivera nossa atenção. A questão levantada agora é mais radical: apesar de sua tendência a imitar a percepção ao se realizar, nota Bergson, nossa lembrança “permanece ligada ao passado por suas raízes profundas, e se, uma vez realizada, ela não sofresse os efeitos de sua virtualidade original, se não fosse, ao mesmo tempo apenas um estado presente, algo que contrasta com o presente, nunca a reconheceríamos como uma lembrança” (*op. cit.*, p. 277). Tudo está dito num tom muito elegante: contrastar com o presente, reconhecer como uma lembrança. É o enigma, inteiramente reafirmado, da presença da ausência e da distância, tal como enunciado desde o começo da presente obra! (RICOEUR, 2007, p. 441).

Como não associar essa proposição diante do Largo do Boticário? Elas são lembranças porque contrastam com o presente; são a presença da ausência e da distância. E no próprio presente já se tornam passados. E continua...

Reconhecer uma lembrança é reencontrá-la. Reencontrá-la é presumi-la principalmente disponível, se não acessível. Disponível, como à espera de recordação, mas não ao alcance da mão, como as aves do pombal de Platão que é possível possuir, mas não agarrar. Cabe assim à experiência do reconhecimento remeter a um estado de latência da lembrança da impressão primeira cuja imagem teve de se constituir ao mesmo tempo em que a afecção originária. De fato, um corolário importante da tese da sobrevivência em estado de latência das imagens do passado é que um presente qualquer, desde seu surgimento, já é seu próprio passado; pois como se tornaria passado se não tivesse se constituído ao mesmo tempo em que era presente. (RICOEUR, 2007, p. 442)

Paul Ricoeur foi influenciado pela teoria de Bergson [*Matéria e Memória*] na questão da sobrevivência e do reconhecimento e diz que a sobrevivência não é percebida por nós, mas a pressupomos e acreditamos nela. O filósofo recorre ao esquema do cone invertido de Bergson não apenas para argumentar sobre a relação entre passado e o presente, mas sobretudo, porque ele [o cone invertido] ilustra a heterogeneidade das memórias e o quanto elas se relacionam entre si. Não obstante, na esteira de uma suposta incompatibilidade entre os rastros mnemônicos e os rastros

psíquicos, Ricoeur questiona se é possível dissociar a ação e a representação e responde retornando ao método bergsoniano:

[...] de fato, a experiência *princeps* do reconhecimento, que forma o par com a da sobrevivência das imagens, propõe-se como uma dessas experiências vivas no caminho da recordação das lembranças; é nessa experiência viva que a sinergia entre a ação e representação se atesta. O momento da lembrança “pura”, alcançado por um salto para fora da esfera prática, era apenas virtual, e o momento do reconhecimento efetivo marca a reinserção da lembrança na massa da ação viva. O fato de, no momento do salto, a lembrança “se destacar” do presente, segundo a expressão feliz de Bergson, esse movimento de retirada, de hesitação, de questionamento faz parte da dialética concreta da representação e da ação. (RICOEUR, 2007, p. 447).

Neste sentido, compreendemos que a lembrança “pura” é projetada do virtual para o reconhecimento a partir da sua reinserção na ação viva, ou seja, lembrar no presente o passado requer uma ação viva e assim, é imprescindível pensar no movimento dialético entre ambos os rastros: o mnemônico e o psíquico; entre o cérebro e a prática da vida. Ricoeur absorve de Bergson a noção de rastro e diz: “a inscrição, no sentido psíquico do termo, nada mais é que a sobrevivência por si da imagem mnemônica contemporânea da experiência originária.” (RICOEUR, 2007, p. 447).

Ao concluir a parte que trata sobre *o esquecimento e a persistência dos rastros*, Paul Ricoeur analisa o quarto e último pressuposto que é a sobrevivência das impressões-afecções reconhecendo-a como uma figura fundamental do esquecimento profundo também chamado por ele de esquecimento de reserva e, colocando-a em patamar de oposição ao esquecimento por apagamento dos rastros. O autor questiona o porquê da sobrevivência das imagens ter valor de esquecimento e responde:

Ora, precisamente em nome da impotência, da inconsciência, da existência, reconhecidas na lembrança na condição do “virtual”. Portanto, não é mais o esquecimento que a materialidade põe em nós, o esquecimento por apagamento dos rastros, mas o esquecimento por assim dizer de reserva ou de recurso. O esquecimento designa então o caráter *despercebido* da perseverança da lembrança, sua subtração à vigilância da consciência. (RICOEUR, 2007, p. 448).

E para sustentar esse pressuposto Ricoeur apresenta os seguintes argumentos: a) a ambiguidade do esquecimento: a memória que surge diariamente em paralelo com a proximidade do envelhecimento, da morte. A velhice carrega em si o horizonte da morte das lembranças; não obstante, ele ainda considera “que esquecemos muito menos coisas do que acreditamos ou tememos.” (RICOEUR, 2007, p. 448); b) a memória profunda e a memória-hábito coincidem sob a figura permanente da disponibilidade: os saberes gerais (teoremas, as regras de aritmética ou gramática os léxicos familiares ou estrangeiros) coincidindo com o plano sensível; c) o imemorial: o que nunca foi acontecimento; o que jamais adquirimos.

É sob o véu dessas questões que o autor considera a destruição e a perseverança como as duas figuras centrais do esquecimento, formando a sua própria ambiguidade. “Contra o esquecimento destruidor, o esquecimento que preserva” (RICOEUR, 2007, p. 449). Para Ricoeur essa ambiguidade permanece indecifrável.

“Não há, para vistas humanas, ponto de vista superior de onde se vislumbra a fonte comum ao destruir e ao construir. Não há, para nós, balanço possível dessa grande dramaturgia do ser.” (RICOEUR, 2007, p. 451).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar essa breve reflexão sobre o Largo do Boticário considerando os conceitos de **vestígio** e **esquecimento de reserva** teorizados pelo filósofo Paul Ricoeur, apresentamos um poema de Osvaldo Orico para ilustrar o quanto esse lugar é inspirador e ambíguo ao mesmo tempo. O fato de estar em ruína não significa que este patrimônio tenha sido esquecido, ao contrário, ele pode ser visto e sentido de várias formas, inclusive através da memória, na própria atualidade histórica. O Largo do Boticário se põe aberto àqueles sentimentos saudosistas e melancólicos como também aos admiradores das ruínas no tempo presente. Osvaldo Orico foi professor, diplomata e escritor brasileiro, autor de várias obras incluindo o poema abaixo. Escrito em 1943, a obra literária carrega a dita memória feliz de se estar no Largo do Boticário. Diferente da epígrafe inicial - melancólica e saudosista de Manuel Bandeira, Orico captou o que para ele parecia mais importante: a paz e a calma do lugar. A cidade “recordando seus tempos de menina...”.

LA PLAZUELA DEL BOTICARIO

Arboles. Quietud. Tranquilidad.
Aquí no llega el ruido de la esquina,
Y parece que existe una cortina,
Separando una edad de la otra edad.

Es el silencio, el alma, la sordina,
La cuna llena de hospitalidad
En que viene a acostarse la ciudad,
Recordando sus tiempos de menina.

Para divino alivio de suas males,
Nada como estos viejos arrabales
Que hablan de un tiempo lírico, hechicero,

En que dedos líliales de una mano
Recorrian las teclas de un piano
Bajo la luz de viejo candelero.

O LARGO DO BOTICÁRIO

Trad. de Élio Monnerat Sólón de Pontes

Árvores. Sossego. Tranquilidade.
Aqui não chega o rumor da esquina,
E parece que existe uma cortina,
Separando dois tempos da cidade.

É o silêncio, a alma, a sordina,
O berço pleno de hospitalidade
No qual vem abrigar-se esta cidade,
Recordando seus tempos de menina...

Para o divino alívio dos seus males,
Nada como estes velhos arrabaldes
Que falam de um lirismo feiticeiro,

Em que os dedos de luz de sua mão
Tangiam um piano, com emoção.
Usando um candelabro por luzeiro.

Pensá-lo a partir dos conceitos de Paul Ricoeur foi apenas um sopro diante da gama de possibilidades teóricas possíveis. É possível analisar esse patrimônio como vestígio e também como esquecimento de reserva por tudo que foi dito acima. Além disso, relacionar o poema de Orico também a uma das formas de reconhecimento apontadas por Ricoeur. O fato de estar em ruína [o objetivo neste trabalho não foi discutir o conceito de ruína] é outra questão capaz de gerar sentimentos ambíguos, seja de encantamento, surpresa, tristeza ou desolação. Situado a menos de quatrocentos metros de um dos maiores pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro, o Largo do

Boticário é uma ruína, mas não está esquecido. Projetos voltados para o turismo e a música são exemplos de que o patrimônio está vivo. Se para Ricoeur é “indecidível” tratar a ambiguidade entre o esquecimento destruidor e o esquecimento que preserva, ao que parece, também o Largo se torna esse lugar difícil de explicar por toda sua gama de complexidade. Contudo, seja como vestígio ou esquecimento de reserva ele estará sempre presente.

CITAÇÕES

ABL. **Oswaldo Orico**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/osvaldo-orico/biografia>>. Acesso em 26/12/2017.

CAVALCANTI, Marcello. **Largo do Boticário**. Disponível em <<http://fotofragmentos.com.br/site/portfolio-items/largo-do-boticario-cod-rio015/>>. Acesso em 12/12/2017.

DIARIODORIO.COM. **Passado e futuro do Largo do Boticário**. Disponível em: <<http://diariodorio.com/passado-e-futuro-do-largo-do-boticario/>>. Acesso em 12/12/2017.

FLUMINENSE, Patrimônio. **Largo do Boticário**. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.patrimonioluminense.rj.gov.br/patrimonio-cultural/largo-do-boticario-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 11/07/2017.

INEPAC. **Bens Tombados**. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/309>. Acesso em 12/12/2017.

LEIS MUNICIPAIS. **Lei Complementar Nº 183 de 14 de Março de 2018**. Disponível em: Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/2018/19/183/lei-complementar-n-183-2018-cria-condicoes-de-incentivo-ao-aproveitamento-e-a-conservacao-de-edificacoes-tombadas-ou-preservadas-localizadas-no-beco-e-no-largo-do-boticario-no-bairro-do-cosme-velho>>. Acesso em 07/05/2018.

LUCENA, Felipe. **Passado e Futuro do Largo do Boticário**. Disponível em: <<http://diariodorio.com/passado-e-futuro-do-largo-do-boticario/>>. Acesso em 11/12/2017.

MIRANDA, Antonio. **Oswaldo Orico**. Disponível em: <http://www.antonimiranda.com.br/poesia_brasis/para/osvaldo_orico.html>. Acesso em 17/12/2017.

O GLOBO. **Com projeto de lei parado na Câmara de Vereadores, Largo do Boticário segue em ruínas**. Disponível em: Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/com-projeto-de-lei-parado-na-camara-de-vereadores-largo-do-boticario-segue-em-ruinas-16689597#ixzz3qwiwzvwY>>. Acesso em 12/12/2017.

O GLOBO. **Casas do Largo do Boticário são vendidas a investidor árabe**. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/casas-do-largo-do-boticario-sao-vendidas-investidor-arabe.html>>. Acesso em 12/12/2017.

RAITER, Amanda. **Impasse e abandono no Largo do Boticário**. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-02-05/impasse-e-abandono-no-largo-do-boticario.html>>. Acesso em 11/12/2017.

RIO DE JANEIRO AQUI. **Largo do Boticário**. Disponível em: <<http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/largo-do-boticario.html>> Acesso em 17/12/2017.

TAMIE, Sylvia. O que diria Bandeira? **O Rio de Manuel Bandeira**. Disponível em: <<https://oquediriabandeira.wordpress.com/2013/08/02/o-rio-de-manuel-bandeira/>> Acesso em 17/12/2017.

YOUTUBE. **FILÓSOFOS: Paul Ricoeur**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ey6JwYvnNeA>>. Acesso em 17/12/2017.

REFERÊNCIAS

DOSSE, François. **Paul Ricoeur: um filósofo em seu século**. Tradução de Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa III - O tempo narrado**. Tradução Claudia Berliner; revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Paul. **A Utobiografia intelectual**. In: The Philosophy of Paul Ricoeur. Tradução: Kathleen Blamey. Ed. Lewis Edwin Hahn, Chicago, Open Court, 1995.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-426-9



9 788572 474269